

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o senhor deputado António Pacheco comunicou antecipadamente que não iria poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituído nos termos legais e regimentais, pelo Senhor Deputado Henrique Brunhoso. Informou ainda que se verificou a ausência do deputado António Serra. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontrava ausente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão, fazendo-se representar, respectivamente, pelos seus substitutos legais, Senhor Filipe Borges e Hélder Pires, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da quinta sessão ordinária, realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezoito, para ser submetida a aprovação, tendo a mesma sido aprovada, por **unanimidade**, dos vinte e quatro deputados presentes. Não participaram na votação desta ata, os Senhores Deputados Ricardo Pimentel e Filipe Borges, por não terem estado presentes naquela sessão. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Martins que perguntou ao Executivo, tendo em conta a posição contratual da venda da totalidade da Alfandegatur, se já foi transmitida a totalidade do pacto social da Alfandegatur. Sendo a resposta negativa, pergunta porque não, uma vez que coloca a Câmara na responsabilidade e consequências de incumprimento contratual. A segunda questão tem a ver com o facto da Câmara de Alfândega da Fé, a mais transparente do País, segundo o Executivo, continuar a não dar resposta aos pedidos dos senhores vereadores da oposição, que foram elaborados de forma escrita, nomeadamente um pedido sobre uma informação sobre a alienação do património, bem como um pedido do resumo dos apoios sociais do ano de 2017. A terceira questão, diz o Senhor Deputado Gabriel Martins, é se já terminou o processo de admissão dos precários, e em resposta negativa, pergunta o porquê, uma vez que havia urgência fundamentada nesse processo de admissão. A quarta questão está relacionada com o facto de terem assistido a uma entrevista do Senhor Vice-Presidente, onde afirmava que a Câmara de Alfândega da Fé tinha uma parceria com uma empresa, a BLC3, para lançamento do Jovem Empreendedor Rural e lembrou que na campanha eleitoral este Executivo prometeu fixar jovens com parcerias com entidades privadas, nomeadamente a BLC3. Referiu que esta entidade privada, a empresa BLC3, se encontra no Município, desde 2017 em parceria com a Câmara Municipal e pergunta então quais os resultados concretos, ou seja, quantos jovens se fixaram. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara dizendo que em todas as Assembleias Municipais respondem às questões colocadas sobre a Alfandegatur. Disse que já explicaram que a Câmara Municipal tem 35% do capital social mas que no contrato que existe a Câmara não é responsável pela gestão, ou seja, nem participa nos lucros, nem cobre os prejuízos e que quando alienarem esses 35% de capital, será alienado por um euro, ou seja, é uma alienação

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

simbólica ao dono da Alfandegatur. A Senhora Presidente da Câmara explicou novamente que ficaram com esses 35% de capital porque a Caixa Agrícola, e principalmente, a Caixa Geral de Depósitos, exigiu que ficássemos com esse capital social, porque quando a empresa Alfandegatur foi transferida, esta não foi vendida por zero euros, mas sim pelo valor da dívida, ou seja, por mais de um milhão de euros, tendo depois lembrado os seus deputados que quando chegaram à Câmara, a dívida da Alfandegatur era de cerca de quatro milhões de euros e que quando foi para vender, a dívida era de perto de dois milhões, pelo que assim sendo, e, como a dívida pertence aos bancos, ou seja, à Caixa Geral de Depósitos, à Caixa Agrícola e ao Turismo de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos entendeu que a Câmara deveria ficar com essa participação de capital como uma espécie de conforto, pois da forma como o contrato com a Alfandegatur está feito, não participando nos lucros nem cobrindo prejuízos, é uma situação simbólica. A Senhora Presidente esclareceu ainda que querem resolver este problema, mas que só o poderão fazer quando for possível, ou reestruturando o passivo ou amortizando-o, para que, pelo menos o passivo da Caixa Geral de Depósitos seja amortizado e a partir daí poderem sair totalmente do capital social. O investidor, disse, está a tentar fazer uma reestruturação do passivo, mas até ao momento não conseguiu, razão pela qual a Câmara ainda não conseguiu sair do capital social da Alfandegatur, pois só poderão sair nessas duas circunstâncias, ou por uma amortização da dívida da Caixa Geral de Depósitos ou por uma reestruturação do passivo que também retire a dívida que existe na Caixa Geral de Depósitos, que faz com que a Câmara não possa sair completamente do capital social da Alfandegatur. Esclareceu que contavam que esta situação já estivesse resolvida, mas ainda não foi possível, mas que apesar disso o aspeto positivo é que desde que venderam a Alfandegatur, a Câmara não pôs lá nem mais um cêntimo, ou seja, foi um negócio muito positivo. -----

----- Continuando, a Senhora Presidente disse que em relação à alienação do património não se recorda de qualquer pedido pelo que solicita que seja novamente pedida esta informação por escrito. Em relação aos resumos dos apoios sociais, a Senhora Presidente disse que na verdade os senhores deputados já têm essa informação pois ela está no relatório de contas que já foi aprovado em março do ano passado referente ao ano anterior, onde tem todas as despesas das áreas sociais. Quanto ao processo de integração dos precários, a Senhora Presidente informou que o processo já está todo terminado e que falta integrar quatro ou cinco pessoas, mas que estão a fazer isso, tendo em conta as questões dos cabimentos e a gestão do orçamento. A Senhora Presidente esclareceu ainda que o Orçamento de Estado prevê que esta situação pode ser resolvida durante o ano de 2019 e que assim será, dizendo também que dos 43 postos de trabalho, apenas estarão por resolver quatro ou cinco, no máximo seis pessoas, mas que estão em vias de ficar resolvidos. Em relação à BLC3, a Senhora Presidente da Câmara diz que houve uma confusão por parte do Senhor Deputado Gabriel Martins, porque confundiu a BLC3 com a figura do Jovem Empreendedor Rural e com uma entrevista que o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu sobre esse tema, pelo que lhe passará a palavra. Explicou que a BL3 é uma incubadora de empresas, que tem sede em Oliveira do Hospital e que tem uma parceria com a nossa Câmara, e com outras, e com o IPB, no sentido de fazer candidaturas para conseguir que jovens possam estar na incubadora durante algum tempo e assim constituir o seu negócio. Explicou que nós apenas somos parceiros e cedemos o espaço e que é evidente que de todos os jovens que já passaram por lá e que receberam uma bolsa totalmente paga pela BLC3 (a Câmara não pagou nada) nem todos criaram uma empresa. No fim desta candidatura, que tem um prazo de 3 anos, a incubadora fará um relatório e veremos quantos jovens de facto criaram a sua empresa. A Senhora Presidente informou que, do seu conhecimento, haverá 4 jovens a criar empresas ou que estarão em vias de a criar e que terão passado por lá 10 ou 12 jovens. No entanto referiu que nestas incubadoras a taxa de sucesso não é muito alta, mas que todas as pessoas que por lá passaram tiveram a oportunidade de trabalhar uma ideia de negócio, de aprender, de pesquisar, de debater as suas ideias e que algumas pessoas não quiseram continuar, mas que não tiveram qualquer prejuízo, pois tiveram uma bolsa, paga pelos fundos comunitários e pela própria BLC3, e tiveram oportunidade de aprender e de defender as suas ideias. Os jovens que podem vir para esta incubadora são jovens licenciados de Alfândega ou de fora de Alfândega, podem fazer a sua inscrição e participar. Esta parceria, disse, não tem qualquer custo para o Município e diz que é mais uma oportunidade para os nossos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

jovens e que ninguém fica a perder. A Senhora Presidente da Câmara informou ainda que a BLC3 tem uma coordenadora que apoia empresas a apresentar candidaturas para criar o seu negócio, esteja ou não na incubadora. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, cumprimentando todos os presentes, e respondendo às questões do Senhor Deputado Gabriel Martins, disse que efectivamente houve uma confusão com a BLC3 e com o JER, Jovem Empresário Rural. A BLC3, como a Senhora Presidente já apresentou, é uma incubadora de empresas que trabalha em Oliveira do Hospital e que foi um projecto que foram conhecer há uns anos e que acharam bastante interessante. Disse que todos sabem a dificuldade que é trabalhar o empreendedorismo mas que se em onze ou doze empresários ou projectos pudermos ter um ou dois casos de sucesso, entende que estão a fazer um excelente trabalho e que o pior é não fazer nada. Relativamente ao JER, o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, explicou que se trata de uma figura recentemente criada, que foi decretada pelo Governo em novembro/dezembro. Disse que é uma figura que nasceu da vontade da Associação de Jovens Agricultores de Portugal, no âmbito dos jovens agricultores de defender esta figura no interior do País, no meio rural, que é o Jovem Empresário Rural que andava com este assunto há cerca de 10 anos e que finalmente conseguiram que este Governo criasse essa figura jurídica, o Jovem Empresário Rural. Trata-se então de uma figura que irá ser alvo de debate em termos de criação de medidas, de apoios, de incentivos. Nesse âmbito, disse, o Município de Alfândega da Fé fez uma entrevista, a convite da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, tendo depois realçado o facto do Presidente da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal ser um conterrâneo nosso e ser um ilustre deputado desta Assembleia, Presidente de Junta, Eduardo Almendra, que não estava ali presente. Aproveitou depois para lhe dar os parabéns por este triunfo, pois vai ser importante para a nossa região e para todo o País e disse ainda que o Município de Alfândega da Fé entendeu associar-se a esta iniciativa e estão empenhados em defendê-la, em promovê-la e em divulgá-la e em breve irão ter mais novidades porque têm estado em contacto com o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e com o Senhor Ministro no sentido de poderem ser criadas medidas e apoios concretos o mais rapidamente possível. O Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, disse entretanto que, pelo facto do Quadro Comunitário estar a meio, não será fácil, nesta fase, criar medidas e programas de apoio a esta figura, mas há uma série de medidas e de apoios que podem ser criados no âmbito do Orçamento de Estado para começar desde já a trabalhar e que será nisso que se vão empenhar para que em breve possam ter um pacote de medidas. Informou ainda que vai ter início em breve um conjunto de sessões, a nível nacional, onde esta temática vai ser discutida para que se possa apresentar um programa de apoio e um pacote de incentivos para esta figura, pelo que, disse, são boas notícias e que só se podiam associar a esta iniciativa e estar disponíveis para esta entrevista para falar sobre aquela figura que será muito importante para os nossos jovens e para o desenvolvimento das nossas aldeias. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Orlando Borges começando por dar os parabéns ao Executivo pela celebração do protocolo com a Associação Dignidade no Programa ABEM, que vai permitir a algumas pessoas de estratos mais desfavorecidos poderem ter acesso à medicação que muitas vezes não é levantada por falta de rendimentos e por ter a sua situação financeira mais deficitária e existem pessoas com doenças crónicas que não podem parar os tratamentos. Disse também que consultou o site desta Associação e verificou que eles têm alguns números que os deixa um pouco preocupados, pois diz que consta que no nosso País há 22% da população que não conseguem levantar a receita por falta de dinheiro e que esta Associação vem complementar isso e que os Municípios que se associam a esta Associação fazem bem. Referiu também que acha que no nosso Distrito só Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Alfândega da Fé aderiram e espera que mais municípios o façam, e que Alfândega da Fé continua a estar sempre na vanguarda no que diz respeito ao apoio social e noutras coisas. Entretanto o Senhor Deputado Orlando Borges deu também os parabéns ao Executivo pela continuidade do protocolo de transporte de doentes para o IPO, dizendo que noutros Concelhos não conseguem fazer este tipo de transporte por não terem dinheiro para tal e que este Executivo faz esse esforço para que as pessoas possam continuar a ir aos tratamentos e que possam continuar a ter alguma qualidade de vida, pois os tratamentos são um pouco complicados. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Orlando Borges continuou a sua intervenção fazendo referência ao Regadio, dizendo que temos dois projectos, um já em obra, que é o Regadio da Camba, que até recebeu a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, o Engenheiro Miguel Freitas, o outro é o projecto de Vilarchão-Parada, que há muito era esperado e que também está em boa fase mas perguntou ao Executivo qual o ponto de situação deste projecto, pois quanto mais depressa iniciar mais depressa a produção aumenta e mais investimento haverá nessa área. Entretanto aproveitou para se associar ao Executivo para dar os parabéns ao Eduardo Almendra, enquanto presidente da AJAP, por ter conseguido levar a bom porto a figura do JER - Jovem Empresário Rural. Disse também que acompanhou de perto este processo e que já há 10 anos que se andava a tentar este assunto e que todos os governos acharam a ideia óptima mas que só o PS aprovou esta figura. Agora, disse, é esperar como se consegue fazer este tipo de investimento, mas daquilo que sabe é que vai ser feito numa óptica diferente do que é o Jovem Agricultor, ou seja, qualquer pessoa pode fazer o investimento no espaço rural, desde que se fixe lá, não sendo obrigatório ser na área da agricultura, pode ser uma loja de produtos locais, pode ser um albergue, fazendo com a população se fixe mais. Deu também os parabéns ao Diretor da AJAP, que também é nosso conterrâneo, o Engenheiro Firmino Cordeiro, do PSD. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que relativamente à resposta dada à primeira questão, o vão continuar a fazer, pois no contrato consta um término para fazer a transferência dos 35% que faltam, ou seja, tem uma data e que para além dessa posição contratual que a Câmara assumiu, tem também indicações do FAM que o deveria ter feito até 2016, pelo que como não foi feito até essa data, a pergunta continua a ser feita. Disse também que a resposta dada de que não cumpriram a posição contratual por causa de uma condição, a da intervenção de um terceiro, a Banca. Mas, disse, no contrato isso não consta, diz apenas que a Câmara se compromete a fazer o negócio até àquela data e não a deixa sob condição e que juridicamente se o não fizer e encontrarem a outra parte de má-fé, processam a Câmara por incumprimento, sendo essa a preocupação da sua bancada, ou seja, que poderão trazer despesas desnecessárias ao Município. Relativamente à segunda questão, o Senhor Deputado Gabriel Martins estranhou que a Senhora Presidente tivesse dúvidas sobre o que os senhores vereadores da oposição solicitaram, pois o pedido foi feito por escrito. Quanto à confusão da BLC3 o Senhor Deputado diz que não houve confusão. Diz que as respostas dadas não respondem à pergunta que colocou, que foi quantos jovens se fixaram desde o início do projecto até agora. -----

----- Quanto à fixação de jovens, a Senhora Presidente da Câmara referiu que as pessoas não são todas de Alfândega, também vieram pessoas de fora e que há pelo menos 3 ou 4 pessoas que, por via desta incubadora, vão criar a sua empresa e se vão fixar em Alfândega da Fé, esclarecendo que duas já criaram e uma terceira, em princípio vai criar que é na área dos castanheiros e há ainda outra que está a fazer uma investigação no IPB. A Senhora Presidente da Câmara informou ainda que os outros jovens que eram daqui, fizeram o seu trabalho, não quiseram criar a sua empresa mas ainda estão em Alfândega e se não tivessem tido esta oportunidade, provavelmente, já não estavam em Alfândega, disse. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 21/02/2019, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara quis apenas chamar à atenção para a situação económico-financeira uma vez que o relatório financeiro diz respeito ao final do ano de 2018 e que, como temos um Plano de Ajustamento Municipal a seguir, em termos da execução orçamental, a lei diz que a execução deve ser superior a 80 ou 85% e que de outra forma haverá uma advertência por parte da DGAL e que nós tivemos uma execução de 94,44%, do lado da receita e do lado da despesa tivemos uma execução de 93,59%, por isso cumprimos com o que Lei das Finanças Locais diz e superamos largamente. Em relação ao equilíbrio orçamental, outra obrigação da Lei das Finanças Locais, também foi cumprido embora as despesas com o pessoal aumentaram, fruto da integração de alguns precários e aumentaram porque houve

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

descongelamento de escalões e este ano vão voltar a aumentar, disse. Em relação ao prazo médio de pagamento, este está em 21 dias que é um prazo médio do ano todo. Relativamente à dívida, a Senhora Presidente da Câmara disse que continuam em excesso de endividamento, e por isso informou que temos que reduzir 10% da dívida ao ano e que têm estado a cumprir. Este ano, disse, até reduzimos mais de 10%, ou seja 10,48%, e temos estado a reduzir a dívida de uma forma sustentada, sem pôr em causa o investimento e sem deixar de responder, dentro dos recursos que têm, às necessidades do Município. A Senhora Presidente da Câmara chamou à atenção que por causa da dívida que foi herdada, todos os anos pagam à banca mais de um milhão de euros entre juros e amortizações, o que dificulta o investimento e que ainda terão de pagar um valor semelhante a este durante alguns anos. Quanto às dívidas a curto prazo, em dezembro verificou-se que não há dívidas a fornecedores. Entretanto a Senhora Presidente da Câmara chamou também à atenção para a importância do índice da dívida, como sendo um indicador que refere se estamos ou não em excesso de endividamento. A Senhora Presidente informou depois que já estiveram no índice 4,16, em 2013, e agora estão no índice 2,3 e que vão continuar a reduzir. Segundo a Lei das Finanças Locais, a Senhora Presidente explicou que a situação financeira dos Municípios pode-se classificar abaixo do excesso de endividamento, abaixo de 1,5% neste indicador; em desequilíbrio menos grave, que é abaixo de 2,25%, que é aquele em que vamos entrar este ano e em desequilíbrio estrutural, quando está acima de 2,25%, que era o que estávamos quando entramos para a Autarquia. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, remetendo para a página 10 do documento. O Senhor Deputado disse que não conseguiu compreender uma questão da Divisão de Urbanismo e Ambiente, dizendo que há uma série de actividades suspensas, tendo solicitado uma explicação da situação de suspenso. A Senhora Presidente explicou dizendo que se trata de uma designação usada pelo Chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente, e que tem uma série de planos, já detalhados, e com prioridades definidas e os vai executando à medida que tem os recursos e que aqueles que se encontram suspensos é porque não são considerados prioritários tendo de seguida, dado alguns exemplos. -----

2. COMISSÃO PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ANO DE 2018 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra informando que este relatório é só para conhecimento e que se algum dos Senhores Deputados depois de o lerem pretendam algum esclarecimento, está presente a Secretária da Comissão para o prestar se assim o desejar. Não se verificaram pedidos de esclarecimentos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório supra mencionado. -----

3. LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – ARTº 15º - DECLARAÇÕES 2018 – PARA CONHECIMENTO; -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou de seguida da palavra para esclarecer a questão dos recebimentos em atraso, pedindo para explicar a que se referem estes recebimentos em atraso. A Senhora Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

4. PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO;

----- Relativamente a este assunto, a Senhora Presidente usou da palavra esclarecendo que o Município de Alfândega da Fé decidiu aceitar todas as competências e que o que a Lei diz, é que os Municípios têm dois anos para aceitar ou não essas competências. O Município de Alfândega da Fé decidiu começar já a trabalhar porque acreditam na descentralização, na regionalização e na desconcentração, ou seja, de todos os processos que tirem competências ao poder central e o coloquem mais na proximidade, seja nas autarquias, seja nas futuras regiões, caso venha a haver regionalização. Disse depois que relativamente a algumas competências, a Câmara de Alfândega da Fé já está a exercê-las. Continuou dizendo que pediram a todos os Chefes de Divisão que analisassem os decretos sectoriais que têm a ver com a sua Divisão e vissem o que têm que fazer e se algumas competências já estavam a ser exercidas, como é o caso da habitação. A Senhora Presidente explicou que já estão a fazer a gestão do Bairro Social, que é uma competência que já está assumida desde 2006. Disse depois que também já foi feita uma candidatura ao IRHU – Instituto da Habitação e da

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Reabilitação Urbana e foi aprovada e em princípio durante o mês de março irão às aldeias a fazer a explicação do que podem fazer na sua habitação para a melhorar. No caso da protecção civil, a Senhora Presidente da Câmara disse que a lei também transfere uma competência que já tínhamos que é a questão de pagar uma parte das EIPs, que é um protocolo que existia entre os Municípios e a Protecção Civil mas que agora está em formato de lei e informou de seguida que vão continuar a pagar a parte que pagavam das EIP's e que vão ser responsáveis no sentido de ajudar para que estas equipas tenham equipamentos próprios. A Senhora Presidente esclareceu ainda que todas estas transferências não vão implicar custos acrescidos. Continuou dando ainda o exemplo de um Decreto de estruturas de atendimento ao cidadão. Esclareceu que já tinham o Gabinete de Apoio ao Emigrante e o Gabinete de Apoio à Integração de Migrantes que existiam do resultado de protocolos que se fizeram com entidades do Governo Central e agora está em forma de lei, como sendo uma competência do Município. A Senhora Presidente da Câmara aproveitou ainda para informar que vão passar a ter, muito em breve, um Balcão Móvel. Já temos as pessoas em formação e vai ser feito com uma carrinha eléctrica. Vai ser feito sob a forma de protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa e essa carrinha vai andar pelas aldeias e vai prestar serviços, não só do Município mas também serviços da Administração Central. Informou também que não vai ser só o Município de Alfândega da Fé que vai ter essa carrinha, mas sim todos os Municípios da CIM. Assim, disse, com este Balcão Móvel de Atendimento ao Munícipe as pessoas das aldeias poderão tratar os assuntos sem terem que se deslocar à vila, uma vez que temos alguma dificuldade de transportes. Relativamente à competência Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar, a Senhora Presidente referiu que para poder licenciar será necessário fazer uma alteração aos Regulamentos e cobrar taxas. Quanto ao Estacionamento público, a Senhora Presidente da Câmara disse que ainda vão ter que analisar aquilo que interessa assumir. O segundo pacote de competências que saiu a 30 de janeiro, inclui Protecção e Saúde Animal, Educação, Cultura e Saúde. A Senhora Presidente explicou que a saúde não nos diz respeito porque é só para os ACE's - Agrupamentos de Centros de Saúde e nós não temos um ACE's, temos uma ULS, como tal não estamos contemplados, pelo menos nesta fase. O que vai ser mais importante será a Educação e a Protecção Animal. Quanto à Cultura, a Senhora Presidente disse que não vai ter grande impacto para nós. A Senhora Presidente da Câmara continuou dizendo que irão assumir as competências da educação. Até 30 de abril, disse, o Governo irá enviar o envelope financeiro com aquilo que iremos receber para depois nos pronunciarmos. Informou ainda que irão gerir a cantina, a acção social, tudo o que é assistente técnico e assistente operacional, a manutenção dos edifícios, ou seja, os edifícios passam para a Câmara Municipal para assumirmos a sua manutenção, que até agora apenas acontecia com o Ensino Básico e vai passar a ser de todo o Ensino, ou seja do 1º ano do Ensino Básico ao 12º ano do Ensino Secundário. Em relação à Protecção e Saúde Animal, a Senhora Presidente informou que vai ser uma questão a ser analisada com a Veterinária. Esclareceu que algumas dessas competências já estão a ser exercidas mas irão fazer informações mais detalhadas para levar à reunião de câmara para conhecimento, tendo ainda esclarecido os senhores deputados que desde que aceitem as competências não têm que se pronunciar, mas querem fazer este trabalho para que os senhores vereadores e os senhores deputados tenham conhecimento. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra dizendo que perceberam que o envelope financeiro a que a Senhora Presidente se referiu ainda não é conhecido mas pergunta se, a partir do momento em que os Municípios aceitam as competências, passam a transferir o valor respectivo a cada competência, ou só passa a ser transferido a partir de 2021, que é quando é obrigatório? A Senhora Presidente informou que o valor é transferido já, pois há competências que não implicam pacote financeiro, mas todas as que implicam pacote financeiro, a transferência é feita no imediato. Relativamente à Educação, a Senhora Presidente esclareceu que ainda não se sabe o valor financeiro que será transferido, pois ainda não veio essa informação. A Senhora Presidente da Câmara deu ainda o exemplo da competência da habitação, esclarecendo que já está aprovado no IRHU que vamos receber o dinheiro para fazer o Plano Estratégico da Habitação, tendo ainda informado que a partir do momento que aceitemos a competência, temos à partida a garantia que, desde que haja custos acrescidos, receberemos o envelope financeiro respectivo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 5. REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE REDACÇÃO CONFORME DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22-12-2018;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal prestou alguns esclarecimentos no sentido de relembrar o que foi aprovado na sessão da Assembleia anterior. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar a proposta de redacção, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 22-12-2018, para constar no regulamento da Zona Industrial de Alfândega da Fé. -----

----- 6. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO “ALFÂNDEGA DA FÉ À MESA”;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, usou da palavra no sentido de prestar alguns esclarecimentos quanto ao objectivo deste regulamento. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar o Regulamento “Alfândega da Fé à Mesa”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que, na sequência do que ficou acordado na sessão da Assembleia Municipal anterior, o Senhor Professor José Lopes irá proceder à visita guiada ao Arquivo Histórico Municipal, tendo feito o convite a todos os presentes para, no final dos trabalhos, se dirigirem para o Edifício da Biblioteca Municipal. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra o munícipe Carlos Simões dizendo que tinha duas perguntas a fazer. A primeira tem a ver com a dúvida se as obras do Largo D. José de Moura iniciarão em Março deste ano ou do próximo ano. A outra pergunta está relacionada com as obras aqui ao lado, na conhecida “pensão Dona Isaurinha”, antigamente designada de Pensão Soares. Disse que sempre ouviu dizer que ali iria ser construído um lugar nobre da Vila mas aquilo que vê é que vai ser feita uma construção antagónica àquilo que havia sido previsto, pois o que o ex-presidente da Câmara, Engº Manuel Cunha dizia era que aquela zona era a “Zona Pombalina da Vila”. A Senhora Presidente da Câmara, em relação às obras na Casa do Arcebispo D. José de Moura, respondeu dizendo que o concurso vai ser lançado brevemente pois houve necessidade de rever o projecto devido às novas leis do consumo energético, pois no projeto tem que constar que o consumo da energia seja zero. Relativamente às obras aqui em frente, disse que nunca ouviu o Engº Manuel Cunha dizer essas coisas e que a prova disso foi a construção da Casa da Cultura, que é um edifício moderno, pois ele não entende que no Urbanismo se deve manter tudo como está. A Senhora Presidente entende que se deve fazer a reabilitação, mas de forma inovadora. Chamou, depois, à atenção para o facto de que o projecto de arquitectura da obra que está a decorrer, está enquadrado esclarecendo também que a Divisão de Urbanismo entendeu que o projecto estava completamente enquadrado e de acordo com PDM. -----

----- De seguida, usou da palavra o munícipe Delfim Camelo, dizendo que a obra que foi feita na altura na casa da Isaurinha foi feita de acordo com o projecto. Entretanto o Senhor Delfim disse que mora na Rua das Flores e que existe estacionamento dos dois lados, ou seja, do lado direito e do lado esquerdo. Disse também que existem duas passadeiras, a partir da rotunda do mercado municipal e dez saídas de carros, que por vezes, o facto de o estacionamento estar dos dois lados, coloca em perigo os peões e os condutores. Sugeriu, assim, que o estacionamento fosse apenas de um lado. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que será um assunto a ser visto com a comissão de trânsito. Continuando, o Senhor Delfim disse também que tem no perímetro residencial, uma oficina a céu aberto que faz todo o tipo de oficina, e questiona da legalidade dessa situação. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que os serviços da câmara irão averiguar a situação. -----

----- Posteriormente, usou da palavra a munícipe Ana Granjo que começou a sua intervenção pedindo ao Executivo que na próxima reunião de câmara se lembrassem dos animais porque na Vila temos muitos animais abandonados. Disse que

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

se preocupa bastante com os animais e que seria bom que fosse falado em reunião de câmara no sentido de ver com a veterinária uma solução no sentido de sensibilizar as pessoas para a castração de animais. A Senhora Ana Granjo pediu também para que nas escadarias que vão da zona da Escola para o Mercado Municipal, como são largas e têm os degraus altos e não tem um corrimão a meio, fosse colocado um corrimão ao meio das escadas para facilitar a subida e a descida às pessoas com dificuldades. A Senhora Presidente da Câmara respondeu dizendo que entende a sua preocupação para com os animais, mas que esse assunto já foi discutido em algumas reuniões de câmara e que temos já no contrato com a veterinária, um apoio para a castração dos animais. Entretanto a Senhora Presidente informou que vão alargar o canil municipal, pois neste momento está cheio, e que estão a fazer uma campanha de adoção de animais que estão no canil para quem quiser adotar. Vão também apoiar a castração e fazer acções de sensibilização nalgumas aldeias, pelo que estão a trabalhar nesse sentido, tendo depois agradecido o seu trabalho. Sobre o corrimão, a Senhora Presidente da Câmara disse que vão resolver essa situação. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)